

Combustíveis

Transportadores de passageiros dizem estar a ser discriminados pelo Governo

19.03.2008 - 17h57

Por Luísa Pinto

A Associação Rodoviária de Transportadores Pesados de Passageiros (ARP), representativa de 100 empresas do sector, diz que não está disposta a “compactuar com a atribuição do gasóleo profissional a meia dúzia de grandes grupos de transporte em autocarros e suas empresas satélites”.

Numa nota de imprensa enviada às redacções, Rui Pinto Lopes, presidente da ARP, denuncia que “não há forma de acautelar que o gasóleo subsidiado seja efectivamente empregue nas carreiras, podendo ser utilizado no serviço de aluguer e turismo das empresas concessionárias de carreiras”. Segundo esta associação, a medida apresentada recentemente para o gasóleo profissional, pela Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, ao contemplar apenas as empresas concessionárias de transportes colectivos de passageiros, está a discriminar cerca de 300 empresas nacionais licenciadas pelo IMTT para efectuarem transporte público por conta de outrem.

A ARP entende que o gasóleo profissional não pode ser exclusivo para apenas 25 por cento das empresas, mas antes ser extensível a todos os transportadores públicos pesados de passageiros, “sob pena de se tornar um factor de grave distorção no mercado”. Na mesma nota, a ARP diz-se disponível “para dar o seu contributo técnico à Secretaria de Estado dos Transportes no sentido de alargar a base de apoio a todas as empresas de autocarros que prestem serviço público de transporte”.

Segundo um estudo técnico elaborado pela própria associação, a implementação do gasóleo profissional estimando um desconto pela redução do ISP em oito cêntimos por litro, deverá importar para o Estado 20 milhões de euros por ano.